Imprensa e "Tradição Democrática": as contradições do golpe civil-militar de 1964 em Blumenau-SC.

Press and "Democratic Tradition": the contradictions of civil-military coup of 1964 in Blumenau-SC.

Cristina Ferreira
FURB
cris@furb.br

Resumo: O golpe civil-militar de 1964 é retratado nos periódicos, predominantemente, pela via da generalização de discursos acerca da reação da população frente a este conturbado momento político, característica que imprime uma espécie de formalização da maneira de pensar, pautada em uma suposta "tradição democrática e cristã" restabelecida pelo movimento político-militar. Neste artigo pretendo discutir o processo histórico do golpe de 64, por meio das mudanças e conflitos sociais engendrados por sujeitos históricos de carne e osso, com vontades e percepções que escapam, na medida do possível, aos poderes instituídos, pois estão em constante processo de elaboração e reelaboração de si mesmos.
Palavras-chave: Golpe civil-militar de 1964; imprensa; conflitos sociais; Blumenau.

Abstract: The civil-military coup of 1964 is portrayed in the newspapers, predominantly through the generalization of speeches about people´s reaction before that turbulent political moment, a feature that prints out a formalized way of thinking, based on a supposed "christian-democratic tradition" restored by the political-military movement. Here I discuss the historical process of the 64 coup, through the social changes and conflicts engendered by historical flesh and blood subjects, with wills and perceptions that escape, as far as possible, to the set up powers, for they are in constant process of elaboration and re-elaboration of themselves as well.
Key-words: Civil-military coup of 1964; press; social conflicts; Blumenau.

Movimento da História: escolhas e contradições da "nova" política

Na produção historiográfica dos anos 1980 e período subseqüente acerca do golpe civil-militar de 64, a tônica das análises está voltada aos elementos políticos. Os principais autores que se identificam com esta perspectiva são: Warderley dos Santos (Sessenta e quatro: anatomia da crise), Argelina Figueiredo (Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964) e Jorge Ferreira (O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964). A linha interpretativa destes historiadores analisa o período histórico do pré-64, pontuando aquilo que entendem por ausência de compromisso, da esquerda e da direita, com a

democracia (DELGADO, 2004). Esta abordagem historiográfica discute como a democracia tornou-se um conceito utilizado em larga escala nos discursos políticos oficiais de então, com o propósito de justificar politicamente o golpe civil-militar e a ditadura no Brasil.

A agitação política da década de 1960 abriu espaço para que setores das forças armadas anticomunistas, conservadores da igreja católica, partidos políticos de direita, em especial a UDN, além de outros segmentos descontentes, buscassem desarticular o governo João Goulart pela via do golpe civil-militar de 1964. No entanto, entre 1964 a 1968, a oposição ao regime ditatorial encontrou caminhos para protestar. Em especial no ano de 1968, o qual foi marcado por lutas sociais em todo o mundo por intermédio de manifestações, na maioria das vezes lideradas por jovens, que exigiam maior liberdade e lutavam pela defesa dos direitos humanos. No Brasil, os protestos aconteciam tanto entre estudantes, quanto entre trabalhadores e chegaram ao seu ápice quando representantes dos mais variados segmentos sociais reuniram-se no Rio de Janeiro, formando a "passeata dos cem mil", opondo-se à repressão e ao governo militar.

Diante de tais circunstâncias, em dezembro do mesmo ano, foi decretado o Ato Institucional n° 5 (AI-5), que suspendeu diversos direitos civis ainda existentes, proibiu manifestações de natureza política, suprimiu o direito de *Habeas Corpus* e colocou em recesso, por tempo indeterminado, o Congresso Nacional. Esses decretos foram o instrumento utilizado pela Ditadura militar para obter uma institucionalidade jurídico-formal para o regime autoritário que se consolidava.

A relação de Blumenau com o golpe civil-militar de 64 envolve inúmeros pontos de convergência com outras regiões do Brasil, ou seja, em um sentido mais aparente, nos periódicos locais aparecem opiniões calorosamente favoráveis à chamada "retomada da democracia" no país, de modo a garantir a generalização dos discursos dos atores sociais acerca deste conturbado momento político da cidade. Esta formalização da maneira de pensar empreendida pelas elites políticas e empresariais insiste na tecla de que a "tradição democrática e cristã" foi restabelecida pelo movimento político-militar, responsável pelo repúdio às doutrinas comunistas do país e às idéias marxistas que circulavam em certas esferas daquela sociedade.

Ato que confirma a preocupação das autoridades municipais pode ser corroborado através do relatório administrativo do prefeito municipal de então, Hercílio Deeke (UDN), que frisa a adesão imediata dos cidadãos blumenauenses ao movimento armado de 31 de

março de 1964 para enfatizar a rápida ação da municipalidade que, "aliada às classes operárias e às patronais, se movimentava no sentido de congregar todos os elementos capazes de reagir, até mesmo pela força, contra qualquer manifestação provocada pelos aproveitadores e corruptos que pretendem arrastar o país ao comunismo" (DEEKE, 1964, p. 6).

Hercílio Deeke, em pronunciamento aos blumenauenses, refere-se ao "espírito patriótico" do povo local, responsável pela manutenção da "tradição democrática e cristã, que sempre destacou a nossa gente, mantendo-se em estrita ordem e calma, seguindo o seu ritmo de trabalho" (A NAÇÃO, 04/04/1964, p. 1). A democracia tornou-se o conceito mais importante e constante nos discursos políticos oficiais, com o propósito de justificar politicamente a ação militar contra o governo de João Goulart, identificado por muitos como aliado às esquerdas e ao comunismo. Esta ênfase na retomada da "verdadeira democracia" após a tomada do poder pelos militares pode ser remetida a uma idéia de passado idílico que antecede o governo de João Goulart, no interstício entre o final da Era Vargas, passando pelo desenvolvimentismo dos "cinqüenta anos em cinco" de Jucelino Kubitschek e o "populismo" de Jânio Quadros, que estaria disposto a representar politicamente os operários e a classe média assalariada, com o propósito de integração destes sujeitos ao capitalismo sob a égide do paternalismo.

Os trabalhadores eram o alvo predileto para as falas institucionalizadas que incitavam a manutenção da ordem, inclusive havia todo um movimento de elogio ao suposto fato de que os trabalhadores das áreas industrial, comercial, agrícola e de serviços públicos de Blumenau foram exitosos em manter seus afazeres cotidianos em plena crise do pré-golpe. Os operários eram recrutados a não se deixar enredar por "falsas doutrinas e por seus falsos doutrinadores, pois a sua pregação é estranha à formação democrática, moral e cristã que, por tradição, sempre combateu ideologias contrárias à sua maneira de pensar, sentir e agir. O regime democrático é que tem feito a grandeza do Brasil." (A NAÇÃO, 04/04/1964, p. 1).

Para além da imprensa geral de Blumenau, os jornais de fábrica, em artigo de capa, referenciam o Exército como uma instituição a serviço do povo e destacam o "fulminante e magnífico triunfo da democracia sobre os aventureiros marxistas", reforçando que "nunca será demais exaltar a conduta das bravas forças armadas [e sua] impressionante coesão, irmanadas pelo sublime objetivo comum de salvar o Brasil de seus inimigos [...], [pois] o Exército existe para servir o Povo". Havia um compromisso editorial em aproximar a população em geral do exército, com o firme propósito de gerar uma rápida identificação

entre civis e militares que estavam irmanados "na mesma alegria diante da radiosa realidade representada pelo aniquilamento do inimigo" (FONTES, 04/1964, p. 1-4).

A direção da indústria têxtil Artex S/A também se manifesta através de uma mensagem afixada à portaria da empresa e, posteriormente, publicada na primeira página de seu "Mensageiro Artex" para "afirmar o seu reconhecimento a todos os seus servidores, pela maneira correta, ordeira e de colaboração com que se conduziram durante os acontecimentos da última semana", com especial exaltação à recondução do Brasil àquilo que denominou como "verdadeiros caminhos da sua tradição democrática e cristã" (MENSAGEIRO ARTEX, 04/1964, p. 1).

Convém tratar com cautela a abordagem destes textos acima mencionados, pois os mesmos operam oposições construídas a partir de intenções políticas claras por parte dos empresários, mas não denotam o ponto de vista e as apropriações que os trabalhadores fizeram desta informação, portanto, carregam em si um grau de obscuridade e opacidade. Para compreender o mundo social visto e vivido por estes trabalhadores há que se "sublinhar as discrepâncias entre as restrições dos sistemas normativos, ressalvando que a ação social dos indivíduos resulta de freqüentes escolhas, decisões e negociações dos mesmos frente ao poder constituído, pleno de contradições e porosidades" (TEIXEIRA DA SILVA; COSTA, 2001, p. 216).

A partir desta perspectiva, pretendo iniciar neste artigo um debate sobre o modo como os atores coletivos citados nestas fontes e envolvidos no processo histórico do golpe militar de 64 lidaram com este momento. A intenção é problematizar as fontes oficiais, que sustentam em si uma espécie de discurso que remete à aceitação passiva, por parte da população, acerca destes novos eventos que passaram a conduzir a política nacional, para discutir sobre as lutas e conflitos sociais engendrados pelos trabalhadores neste processo histórico.

Cabe ainda fazer algumas referências às discussões teóricas da história social da cultura e do trabalho, cuja tônica recai no chamado "movimento da história" e convém retomar um debate acadêmico vinculado às várias questões e problemáticas engendradas pela mesma, em especial ao seu interesse em explicar o processo histórico pela via das mudanças na sociedade por intermédio dos agentes sociais envolvidos na análise (THOMPSON, 1998). O esforço fundamental envolve recuperar o sentido das lutas e conflitos das personagens históricas de outras épocas, com destaque para o princípio da imprevisibilidade dos fatos e a valorização de sua própria cultura. Trata-se, portanto, de exercitar uma clara e imediata

contraposição ao reducionismo que postula uma "espécie de exterioridade determinante dos rumos da história, demiurga de seu destino – como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais" (CHALHOUB, 1990, p. 19-20).

Por isso, a perspectiva analítica das fontes documentais aqui trabalhadas parte do ponto de vista de que, os discursos de poder presentes nas informações textuais e narrativas dos documentos, não podem ser pensados apenas enquanto algo imposto por intermédio de uma relação vertical de autoridade e aceitação por parte do grande público. Mas sim o poder, entendido como parte de uma imbricada rede social e política que pressupõe uma força instável e em constante reclassificação, sendo recompensa daqueles que sabem tirar proveito dele (REVEL, 2000).

Isto é um indicativo de que a realidade histórica não é passível de ser abordada a partir de um esquema único de ações, pois a mudança social necessita ser pensada e discutida por meio das fissuras de liberdade elaboradas pelos sujeitos históricos, capazes de se infiltrar nas estruturas de dominação social mais rígidas. Portanto, não há como constituir modelos de racionalidade que estabeleçam personalidades estáveis ou coerentes aos seres humanos. Os conflitos dos indivíduos não são passíveis de redução a simples esquemas de oposição (moderno/tradição, popular/erudito), pelo contrário, precisam ser pensados sob o ponto de vista da inter-relação entre grupo e indivíduo, a partir de determinações sociais múltiplas (LEVI, 1996). Esta escolha evita simplificações perigosas e equivocadas do processo histórico e confere aos sujeitos sociais uma função ativa diante das transformações sociais e culturais à sua volta. O assentamento da análise recai justamente sobre o ponto de intersecção de idéias na elaboração do sistema de valores e crenças na construção cultural engendrada pelos sujeitos históricos.

Portanto, é conveniente propor uma análise da Cultura de tais grupos sociais nas suas mais diversificadas facetas, levando em consideração os detalhes do processo histórico, com atenção especial à cultura política dos trabalhadores urbanos de Blumenau a partir da segunda metade do século XX. Esse procedimento envolve a junção dos elementos que compõem o terreno da política e permite a reconstrução dos contornos de um jogo social e político mais complexo. Afinal, individualmente os acontecimentos não são importantes e seria um equívoco privilegiar fatos isoladamente em detrimento das ambigüidades e da pluralidade oferecida pelas relações sociais concretas engendradas por personagens reais dos processos históricos.

Operação Limpeza e a Imprensa: momento de consolidação do Golpe de 64

Como não se tratava de imprensa operária ou militante, alguns jornais vinculados às indústrias locais dedicavam-se a reforçar o chamado "clima de cooperação intenso" entre patrões e operários na cidade:

> Capital e trabalho não são fatores antagônicos e em luta constante e infinda, como queria e apregoava Karl Marx, porque ambos se conciliam e harmonizam perfeitamente à luz dos suaves ensinamentos do evangelho, de amor e justiça entre todos os homens, permitindo que a correta aplicação do primeiro elemento renda lucros razoáveis ao seu detentor e proporcione simultaneamente ao operário a justa remuneração pela prestação do segundo. Graças a Deus, em nossa ordeira e laboriosa Blumenau, via de regra, é realmente o que se vê. Empregados e patrões convivem e confraternizam exemplarmente, em clima de compreensão e boa vontade recíprocas [...]. Nesta cidade não há, pois, ambiente para a luta de classes, e por isso mesmo, jamais o comunismo que a explora, lograria impor-se. (MENSAGEIRO ARTEX, 05/1964, p. 1).

Este texto intitulado "Exaltação ao Trabalho" enfatiza a suposta relação de conciliação e harmonia entre detentores do capital e trabalhadores, destacando que a aplicação adequada de capital por parte do empresário/patrão gera lucros e permite remunerar com "justiça" o operário que realiza seu trabalho corretamente. Há uma tentativa de uniformizar as relações trabalhistas, com o intuito de solidificar a hierarquia onipresente do sistema fabril e desestimular as possíveis tentativas da classe operária na conquista de melhorias salariais e trabalhistas.

É emblemático que o texto tenha sido escrito em uma data imediatamente posterior ao golpe de 1964, portanto, mencionava a luta de classes e sua relação simbiótica com o comunismo, deixando claro que o mesmo nunca venceria o capitalismo numa cidade laboriosa e ordeira como Blumenau. Considerava o comunismo um "perigo" que comprometeria a ordem das coisas e, portanto, deveria permanecer distante do cotidiano dos trabalhadores, ignorando assim as demais inúmeras possibilidades de manifestações trabalhistas para além do comunismo.

Para avançar nestas discussões é importante retroceder aos momentos que antecederam ao Golpe. Alguns autores atribuem o ponto de partida para o ingresso do

presidente Jango em uma espécie de "projeto radical", à vitória do presidencialismo no plebiscito de 1963, no qual Goulart obteve a esmagadora maioria dos votos (aproximadamente 82%) da população brasileira. Independente disto, a questão é que, em março de 64, o clima estava conturbado e tenso para o governo, muito embora aparentemente a esquerda não acreditasse na eminência e/ou possibilidade de golpe por parte das forças armadas.

Nesse sentido, o comício do dia 13 de março na Central do Brasil (RJ) e o discurso no dia 30 do mesmo mês resultaram como efeitos imediatos e contrários aos seus objetivos, respectivamente, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (14 de março na cidade São Paulo, dia de São José: padroeiro da família) e golpe em si.

Em Blumenau, embora tenha sido organizada de modo mais expressivo a partir de 21 de abril, a Marcha da família com Deus pela liberdade, considerada uma "bela demonstração coletiva de civismo e fé cristã" (MENSAGEIRO ARTEX, 04/1964, p. 3), atrai várias pessoas à manifestação com o intuito de reforçar a chamada vitória da revolução. A presença maciça de pessoas neste evento público foi amplamente estimulada pela imprensa local, que conclamou o povo às ruas por meio dos seguintes termos:

> [...] A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS, PELA LIBERDADE, marcará, sem dúvida, o extravasamento dos sentimentos de liberdade de toda uma coletividade, integrada do desejo único de trabalhar em paz, certa de que, os poderes governamentais cuidam dos supremos interesses da nação. [...] Conclamamos todo o povo a estar presente a esta festa cívica, estuante de patriotismo, na certeza de que, desta vez, está banida para todo o sempre a ameaça de dominação na querida Pátria brasileira. (RONDA, 21/abril/1964, p. 6).

O recorrente discurso que encoraja a "família blumenauense" à liberdade, patriotismo e liberação do perigo comunista está presente em boa parte dos textos publicados nos órgãos de divulgação locais, porém, ainda havia uma idéia de incitação à vigilância constante para evitar que os "louros da vitória da Revolução" não se percam, porque "Nem todos foram detidos. Nem todos os nossos inimigos esmagados" (JUSTUS, 1964, p. 6).

Esta fala é sustentáculo do programa denominado "Operação Limpeza", responsável por empreender uma varredura dos líderes comunistas para consolidar a vitória da "Revolução" e garantir a democracia no Brasil. Em artigo do *Ronda* intitulado "Vigorosa Operação Limpeza empreendem as autoridades de Blumenau", além da citação da

perseguição aos comunistas e sua inevitável prisão, pairava no ar uma espécie de espanto, porque supostamente, segundo o jornal, armas foram apreendidas, fator que concedia ao "movimento todas as características de plano subversivo de traição nacional" (RONDA, 09/04/1964, p. 4).

Ainda na tentativa de manutenção da vigília constante, no discurso pronunciado por Cássio Medeiros no dia da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, havia dois pontos em destaque absoluto: o pedido para que a população tivesse confiança no presidente Castelo Branco como "comando Supremo da Revolução" e o compromisso de "saneamento da pátria" através da "verificação das grandes fortunas, feitas em pouco tempo, por muitos dos nossos homens públicos, notadamente os ex-presidentes da República" (RONDA, 01/05/1964, p. 6), em uma clara alusão à condição social privilegiada de Goulart.

Esta situação traz à tona a temática da reforma agrária, que normalmente era acompanhada de uma série de agravantes e confusões, sobretudo no que diz respeito às desapropriações de terra, porque o artigo 141 da Constituição "previa pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público" (FERREIRA, 2003, p. 349-350).

Os proprietários de terras se sentiram prejudicados contra o que denominaram "reforma agrária sumária" realizada por Jango, "isto é, por simples decreto seu, malgrado seja sabido que a matéria é da competência do Congresso Nacional, ao qual cumpre, pois, legislar a respeito"... (MISTURADOR, 03/1964, p. 7-8). No entanto, os conservadores sempre retomavam a tese da origem de grande estancieiro e proprietário de terras do presidente Jango, fator entendido por muitos como impeditivo para que ocorresse a concretização da reforma agrária, considerada mera "agitação política", portanto desprovida de compromisso real com sua implantação efetiva. Aqui existe uma ambigüidade: "João Goulart ora é visto como um radical, com um projeto de ruptura com a ordem vigente, ora é rotulado de político incapaz de implementar reformas efetivas em função de sua origem familiar" (FERREIRA, 2006, p. 16).

Além disso, Goulart tornou-se expoente na política por intermédio de sua vinculação ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – que, por sua vez, representava a incorporação do trabalhismo e mantinha-se atrelado a um compromisso de desenvolvimentismo econômico e social. Esta situação pode ser vista como paradoxal, porque ao mesmo que a proposta de governo do presidente João Goulart incentivava o paternalismo, também pregava a autonomia dos trabalhadores brasileiros; repudiava a luta de classes, mas incentivava o conflito nas relações de trabalho, sob a égide de um programa de governo que investe na "crença na

resolução dos problemas sociais do país, na superação do subdesenvolvimento que assolava a economia brasileira e na construção de uma nação mais soberana" (NEVES, 2001, p. 202).

A complexidade desta questão foi materializada, antes ainda do Golpe civil-militar de 1964, no jornal *Ronda*, que recebeu carta de um leitor identificado como E.A.N., na qual destaca:

> Não sou político mas cheiro de distante a expressão "comunizar" o Brasil pela forma secreta do Senhor João Leonel Brizola Goulart. Não é dito, por enquanto, em comíssios [sic], que é este o destino que o povo brasileiro é chutado. Se fosse todos se agitariam. É como Fidel se expressou. Mostrar a realidade um dia se mostra; este dia é quando as opiniões e o estado está maduro não permitindo mais surtir o efeito de uma revolução... Uma reforma é necessária. O Sr. João Leonel Brizola Goulart tem razão. Mas não a agrária e sim a constitucional... se houvesse possibilidade de o pequeno agricultor adquirir máquinas agrícolas – assistência técnica, cursos de especialização em diversos ramos, auxílio gratuito de agrônomos pagos pelo governo, que de fato fossem aos interiores e não restringissem a sua área – a capital – quando saem é de Cadilac. Dessa maneira facilitaria de produzirmos em grandes escalas, exportação aumentaria de 100% e cada agricultor produziria para 50 cidadãos em vez de não conseguir o suficiente para si. (RONDA, 04/03/64, p. 2).

O autor do texto satiriza e equipara as duas personagens de modo a responsabilizá-las pela situação política nacional. A manifestação deste leitor chama a atenção e evidencia os trabalhadores no terreno da política nacional e cidadania. Seu posicionamento quer reforçar os direitos do pequeno agricultor e o fomento à produção agrícola em larga escala.

Leonel Brizola conta com um espaço assegurado nas colunas dos jornais *Mensageiro Artex* e *Radar Sulfabril*. Os adversários políticos normalmente atrelam sua imagem a de um personagem político de posicionamento radical extremado e seu perfil se encaixa no enquadramento "subversivo", tão caro ao militares golpistas. Isso porque, as bandeiras por ele hasteadas durante o governo João Goulart, estavam sempre sob a influência dos ventos mais revoltosos e radicalizados, a exemplo de sua sugestão para fechar o Congresso Nacional e assumir todos os poderes concedidos ao presidente, além de insistir em se posicionar a favor de uma clara política reformista.

Cabe frisar que Brizola era uma figura política responsável pela ousadia e esforço de unificação das esquerdas no país. Porém, "muitas interpretações, com tendência a personalizar a História, culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente João Goulart e ter provocado o golpe militar" (FERREIRA, 2003, p. 356). Este personalismo a que se refere o

autor está vinculado às tendências que insistem em referenciar indivíduos como únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de um plano político. A questão mais problemática desta abordagem refere-se ao próprio significado da liderança de Brizola entre as esquerdas, que neste momento se pretendiam revolucionárias e a favor do rompimento com as instituições, mas não dependiam desta ou daquela liderança para se posicionar politicamente. Mas as defesas que ambos, Brizola e Goulart, faziam das reformas de base tornou-se fator que levou a imprensa a supervalorizar certas ações de Goulart e incentivar a população a ficar alerta contra o abandono da democracia.

Aliás, o assunto mais recorrente neste processo estava vinculado justamente às reformas de base e, sempre que possível, era retomado nos jornais de fábrica em Blumenau. No período que antecede o golpe, o autor da coluna "Coquetel de Fatos", no jornal *Mensageiro Artex*, que usa o pseudônimo de Misturador, acusa o governo Goulart de "inapto", ou seja, sem habilidade para gerir, deixando o país mergulhado em inflação. Diz ainda que, em termos de gerenciamento da economia fica "às tontas diante do flagelo [da inflação] e, vendo o fracasso do pomposo plano trienal do sr. Furtado, volta a insistir nas tais "reformas de base", que nem o sr. Goulart sabe ao certo o que sejam e que de tão sovadas e "chatas" já estão inteiramente desmoralizadas" (MISTURADOR, 01/1964, p. 10-11).

A idéia de inaptidão atribuída ao governo Jango motivou os militares a propor o golpe civil-militar de 1964, porque consideravam "Goulart um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Motivos suficientes, portanto, para o golpe de Estado." (FERREIRA, 2003, p. 345).

Algumas narrativas afirmam que o presidente teria se assustado ao ler os jornais no dia 31 de março. Isso porque o *Jornal do Brasil* pregava a sua deposição, o *Correio da Manhã* tinha em sua chamada principal a palavra "Fora" e, além disso, o presidente do Senado Aldo Moura de Andrade havia escrito um manifesto ao país, não só para informar acerca do rompimento da Casa com o governo, como também para solicitar a intervenção militar para destituí-lo do cargo presidencial.

Aos trabalhadores, o progresso, a calma e a ordem

Em Blumenau, as reações imediatas ao golpe de 64 por parte dos trabalhadores ainda estão em fase de análise nesta pesquisa. No entanto, na falta de fontes que emitam o parecer

dos próprios trabalhadores, cabe retomar a mensagem do prefeito municipal de Blumenau, Hercílio Deeke aos blumenauenses, na qual faz questão de destacar a calma e ordem que tomam conta da cidade a partir do "movimento político-militar que veio salvar o país do comunismo" (DEEKE, 1964, p. 1). Em seu pronunciamento também consta um trecho cujo teor convém transcrever na íntegra: "concito aos operários a não se deixarem enredar por falsas doutrinas e seus falsos doutrinadores, pois a sua pregação é estranha à formação democrática, moral e cristã que, por tradição, sempre combateu ideologias contrárias à sua maneira de pensar, sentir e agir" (DEEKE, 1964, p. 1). O uso do termo "concito os operários" demonstra a clara intenção de persuadi-los contra o comunismo. Ora, isso indica uma contradição ao discurso inicial de "ordem e calma", pois os trabalhadores estavam de algum modo, ligados às perspectivas trabalhistas que relacionavam direitos e conquistas de ordem prática no âmbito da melhoria de suas condições de vida. Portanto, se fosse tão calma e tranqüila a situação no município, o discurso de absoluta defesa da nova ordem instituída não seria tão enfático, inclusive entre a imprensa de fábrica.

Em abril de 64, o *Mensageiro Artex* indica, conforme já mencionado, o "triunfo da democracia sobre os aventureiros marxistas" e informa que o povo brasileiro deve exaltar as forças armadas que "em impressionante coesão e irmanadas pelo sublime objetivo comum de salvar o Brasil dos seus inimigos, constituíram poderosa e invencível avalanche que esmagou qualquer tentativa de resistência, reduzindo Jango e seus asseclas" (MENSAGEIRO ARTEX, 04/1964, p. 1).

Interessante notar que inclusive o jornal *Radar Sulfabril*, cujo teor editorial não referendava assuntos ligados à política, noticiou o Golpe em uma seção denominada "Coluna Aberta", surgida neste número do jornal e destinada a assuntos de "qualquer espécie", aberta a colaborações de leitores, mas sob a responsabilidade de Altino Kretzer, para indicar:

> Tem de haver "avacalhação", se não, não é Brasil! [...] Andávamos descrentes de tudo, de todos, e talvez de nós mesmos. Tanto, que a comunização da pátria, parecia até, coisa iminente. [...] A reação democrática foi total e inflexível. A derrota insofismável que lhes impuseram as Forças Armadas, unificadas, coesas, fiéis à constituição e à democracia, o grito de revolta chegado a todos os quadrantes do território nacional, os aniquilou e nos surpreendeu; a facilidade com que foi destruída a sua pretensa escravização ao brasileiro, a batalha gigante, vencida sem derramamento de sangue (somente umas brizoladas esparsas e desarvoradas), também nos causaram surpresa. (RADAR SULFABRIL, 04/1964, p. 6).

Fica evidenciado nesta fala a necessidade de explorar o rótulo de "falta de capacidade administrativa" que se quer atrelar ao governo de João Goulart, com o intuito de justificar o golpe militar e o significado da retomada da confiança nos rumos do país. Ambas as publicações posicionam-se claramente a favor das Forças Armadas e contra o comunismo, com destaque para a vitória da batalha sem lutas civis, fator que surpreendeu aos colunistas, na medida em que o pretenso radicalismo dos inimigos da pátria levava a crer que haveria luta armada.

Os jornais de fábrica de abril/1964 foram editados no final do mês, portanto seus discursos diferem um pouco do jornal diário de Blumenau, *A Nação*. Isto porque no dia 01 de abril, ou seja, em sua edição imediata após o golpe, referencia um comício a ser realizado pelo Presidente Goulart em Santos, além de citar o pronunciamento do chefe da Casa Civil do presidente, Darci Ribeiro, que afirma "reina a mais completa tranqüilidade em todo o país", mas alerta a todos que o governo está em uma encruzilhada, conclamando a população a ficar alerta diante daqueles que são contrários às reformas de base e posicionar-se a favor do governo de Goulart.

Tudo isso se modifica no dia seguinte, quando aparecem notícias que tentam esclarecer a situação política nacional. O destacado artigo "Povo Brasileiro, sem tiros e sem sangue, destroçou em 48 horas as forças da traição que dominavam o país", - impresso em letras garrafais, com um subtítulo em letras negritadas -, referencia seu repúdio à "pelegada voraz que arruinou o país preste contas de seus atos" e atribui à Marcha da Família com Deus pela Liberdade a responsabilidade de levar adiante a luta contra o comunismo, com o intuito de evitar que se cometa os mesmos "erros que levaram o país ao caos". No entanto, neste mesmo artigo fica evidenciada uma clara defesa das obrigações do novo governo em "promover dentro da Constituição e dos sentimentos cristãos do nosso povo as reformas de base necessárias ao desenvolvimento e bem estar dos brasileiros, pois é inadmissível que num país como o nosso [...], ainda exista sofrimento e miséria" (A NAÇÃO, 03/04/64, p. 8). Este posicionamento pode indicar uma espécie de aprovação da proposta das reformas de base e sugere que a defesa do golpe civil-militar está ligada ao envolvimento de Jango com as forças da esquerda revolucionária, pois embora o discurso recorrente na imprensa nacional do período referendasse sua inaptidão para gerenciar o Brasil, sua figura política ainda era aceita

pela população que, de certo modo, reconhecia seu empenho em evitar a luta armada e o derramamento de sangue.

Uma situação que merece destaque é a revogação quase imediata (em 09/04/64 é apresentada à Câmara Municipal e em 25/04 aprovada) da lei municipal 1152, de 15 de maio de 1963, que conferia o título de cidadão blumenauense ao então presidente João Goulart. Este ato não surpreende apenas pelo fato de que havia necessidade de assumir total e irrestrito apoio às forças armadas por parte das principais autoridades políticas do país, mas também por conta da necessidade de ações contíguas e condizentes com a política ditatorial, que reforçava a obrigação de silenciar e esquecer o mais rapidamente possível um ex-presidente identificado com as esquerdas e o comunismo (A NAÇÃO, 01/04/1964, p. 1), mas que ainda estava na memória da população como um político que se dedicou às causas trabalhistas.

Na seqüência ao golpe civil-militar acontece a comemoração do 1º. de maio e a imprensa local publica textos de políticos e empresários que parabenizam as classes trabalhadoras de Blumenau, com textos que insistem na idéia de retomada da democracia. O prefeito municipal, Hercílio Deeke, volta a se manifestar com uma proposta de coesão e firmeza "em torno dos ideais de liberdade e trabalho, legados pelos nossos antepassados para que possamos preservar, na sua pureza, o patriotismo moral, e na sua grandeza os ideais de civismo que constituem patrimônio imperecível da gente blumenauense" (RONDA, 01/05/64, p. 1).

A indústria Cia. Têxtil Hering também se pronuncia sob a bandeira do patriotismo: "E quando a Pátria desperta de um sonho mau que a atormentou, segue o caminho firme na trilha do progresso, dentro da Lei e da Ordem, enviamos a nossa homenagem mais cordial e afetiva ao Trabalhador blumenauense, cujo patriotismo nos enche de orgulho e satisfação" (RONDA, 01/05/64, p, 6).

Não é por acaso que o dia 1º. de maio estava fixado no calendário festivo da classe trabalhadora. Desde sua instituição no Brasil, em fins do séc. XIX ocorriam concepções divergentes e particularidades locais que atribuem modalidades diferenciadas de ritualística tanto para os grupos ligados ao movimento operário, quanto para os usos que a elite faz para festejar a data, repleta de elogios ao trabalhador com o claro intuito de tentar desmobilizar os trabalhadores e proposições paternalistas.

A despeito destas questões ligadas às festividades de 1º. de maio apareciam notícias como a de um telegrama endereçado ao presidente da Associação dos Ferroviários do Vale do

Itajaí (região de Blumenau e municípios vizinhos) conclamando os ferroviários à greve geral, em solidariedade aos membros da CGT que foram presos no início do Golpe. Ainda no jornal Ronda de 1º. de maio também ocorre a ênfase às prisões dos comunistas e a instauração de inquéritos policiais e sindicâncias contra o sindicato.

E mais, a conclusão do inquérito sobre o superintendente e alguns funcionários da Estrada de Ferro, além de condenar os envolvidos por subversão, expõe: "as autoridades militares dão conta de que na ferrovia houve política de aliciamento e interferência de altos mandatários do PTB com graves prejuízos para o serviço [...] (RONDA, 04/06/1964, p. 1). Havia um indicativo neste inquérito de que membros da diretoria da Associação da Estrada de Ferro Santa Catarina em Blumenau participaram do comício de João Goulart em 13 de março na Guanabara, fator que foi considerado crucial no processo de acusação.

Por tudo que foi dito, para dar sustentação à perspectiva de análise proposta neste artigo, é importante alertar que a suposta calmaria da cidade não era cabível neste contexto político. Embora o discurso de algumas autoridades políticas enfatize as questões de ordem e perfeição para a cidade, vários eventos que fogem a essa regra de ordem podem ser verificados através de pesquisas nas fontes da imprensa local.

A relação entre patrões e trabalhadores estava longe de representar harmonia como boa parte dos discursos da imprensa veiculava com tanta ênfase. Em manchete de fevereiro de 1964 a *Folha Catarinense*, um jornal editado em Florianópolis e declaradamente de postura comunista, denunciava o que entendia por "exploração violenta" da indústria de Gazes Medicinais Cremer S/A. O periódico publicou uma espécie de declaração que deveria ser assinada pelos funcionários, gerando assim algo considerado pelos redatores como "contratos de trabalho criminosos", onde constava:

> Declaro, para os devidos fins, que estou de pleno acordo em trabalhar na Fábrica de Gazes Medicinais "Cremer" – S. A. [...] sujeitando-me a executar todos os serviços que por ela me forem designados, em qualquer seção, no horário que a mesma julgar necessário, seja no período diurno ou noturno, e em qualquer época, pelo que firmo a presente declaração, da qual me foi entregue uma cópia. Blumenau, 25 de 9 de 1963. (FOLHA CATARINENSE, 5-11/02/1964, p. 1).

A declaração fere os direitos trabalhistas na medida em que pretende dispor do trabalhador da maneira que melhor lhe convém. Mas, além disso, importa dizer que os trabalhadores, de algum modo, pareciam cientes de seus direitos, porque aparentemente a

notícia foi recebida como denúncia de alguém que teria assinado tal declaração. A acirrada divulgação contra os contratos que lesavam operários feita pela *Folha Catarinense* também contava com o suporte do *Novos Rumos,* jornal comunista de circulação nacional, sob a responsabilidade do Partido Comunista Brasileiro. Estes jornais eram duramente censurados em alguns periódicos de fábrica, a exemplo do *Mensageiro Artex*, que alerta "a propósito da distribuição gratuita de um jornal intitulado *Novos Rumos*" na calada da noite, indagando: "Qual seria a mensagem estranha de tal edição, que precisa ser distribuida gratuitamente para que seja lida, e ainda na escuridão da noite, quando não é possível de se ler nem o título? [...]" (Mensageiro Artex, 02/1964_02, p. 11). A mensagem imputa como justificativa para o aceite dos trabalhadores ao jornal, o fato de que não leram o título em virtude da escuridão da noite, negando a possibilidade de que possam tê-lo feito por vontade própria.

No periódico *Ronda*, por sua vez, embora não estampe a capa do jornal, a notícia é mais evidente porque faz menção direta ao nome do trabalhador que depõe contra a imagem da calmaria citadina, sob a seguinte chamada: "Operário denuncia: trabalhadores do Canal não têm carteiras, mas sofrem descontos". O teor da reclamação era:

> Trabalho há mais de um ano no Canal Bom Retiro, nunca tive Carteira Profissional, sofro desconto do Instituto e para o cúmulo de todas as irregularidades, alguns de meus superiores nem mesmo me conhecem – com estas afirmações compareceu à nossa redação o operário José Lombardi, solicitando divulgação do fato como última tentativa de saneamento da parte burocrática daquela atividade. (RONDA, 19/06/1964, p. 2).

O *Ronda* não postula uma posição política clara, mas o simples fato de publicar tal informação indica que a luta por direitos e os conflitos não estavam presentes apenas em jornais cuja linha editorial se pautava em um posicionamento político de esquerda, muito menos que a manifestação dos trabalhadores estivesse restrita à militância e ao sindicalismo.

Mas, some-se a isso a prisão de inúmeros indivíduos considerados comunistas pela polícia, com destaque para a prisão do vereador municipal José Ferreira, agente do Ministério do Trabalho em Blumenau, afastado do cargo sob a acusação de improbidade administrativa. Ferreirinha era uma importante figura política do PTB municipal e atuou decisivamente em defesa dos direitos trabalhistas. Portanto, é um equívoco pensar que os trabalhadores estavam alheios a toda essa movimentação política gerada pelo golpe de 1964, pois não apenas tiveram contato com idéias comunistas, ainda que não as praticassem diretamente, como também

recorriam ao Ministério do Trabalho, com o intuito de garantir diretos e preservar sua condição de trabalhadores.

Isto é um indicativo de que apesar das tensões e elementos ambíguos que os patrões e o poder público de algum modo tentavam impor aos trabalhadores, mesmo diante de obstáculos aparentemente intransponíveis, eles estavam envoltos em um campo de lutas para garantir a representação de seus interesses. Portanto, não existe ausência de conflitos nestas relações, mas sim a participação destes atores sociais em um jogo político que envolve negociações e conquista de direitos.

Referências

CHALHOUB, S. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEEKE, H. Mensagem do governo municipal. In: RONDA, n. 26. Blumenau, 21 de abril de 1964.

_____. Mensagem do Prefeito Hercílio Deeke. In: A NAÇÃO – Ano XX, n. 171. Blumenau, 04 de abril de 1964.

_____. Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1964. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

DELGADO, L. A. N. 1964: temporalidade e interpretações. In: MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTE, M. (Orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964 (v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, M. M. (Org.). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FOLHA CATARINENSE, Ano I, n. 10. Florianópolis, 5-11 de fevereiro de 1964.

FONTES, H. B. Honra e Glória do Brasil. In: MENSAGEIRO ARTEX – Ano I, n. 4. Blumenau, abril de 1964.

JUSTUS, J. Um ar de liberdade. In: RONDA, n. 26. Blumenau, 21 de abril de 1964.

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MENSAGEIRO ARTEX – Ano I, n. 5. Blumenau, maio de 1964.

MISTURADOR. O mais inquietante. In: MENSAGEIRO ARTEX – Ano I, n. 1. Blumenau, janeiro de 1964.

_____. O mais temerário. In: MENSAGEIRO ARTEX – Ano I, n. 3. Blumenau, março de 1964.

NEVES, L. A. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, J. (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RADAR SULFABRIL – Ano II, n. 4. Blumenau, abril de 1964.

REVEL, J. A história ao rés-do-chão (prefácio). In: LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetório de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RONDA, n. 20 ao 27. Blumenau, 1964.

TEIXEIRA DA SILVA, F.; COSTA, H. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, J. (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.